



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 20260008 – DPGE-CE**

**PROCESSO SEI N.º 25.0.000007840-1**

**NÚMERO COMPRAS: 90008/2026**

**UASG: 459775**

A **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Avenida Pinto Bandeira, N.º 1.111, Luciano Cavalcante, em Fortaleza/Ceará, CEP 60.811-170, por intermédio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria N.º 8395, de 27 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da Defensoria Pública, em 28 de novembro de 2025, que ora integra os autos, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

**1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA**

1.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço por ITEM**, conforme tabela constante do item 2. do Termo de Referência, atendendo-se à descrição detalhada da contratação ao longo do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

1.2. O modo de disputa será o Aberto e Fechado.

**2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA**

2.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

**3. DA BASE LEGAL**

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores; Lei Estadual n.º 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal n.º 14.682, de 20 de setembro de 2023; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores; Decreto Estadual n.º 35.067, de 21 de dezembro de 2022, e suas alterações posteriores; Decreto Estadual n.º 35.283, de 19 de janeiro de 2023; Instrução Normativa n.º 203/2025/DPGE/CE, de 17 de março de 2025, Instrução Normativa n.º 206/2025/DPGE/CE; demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**4. DO OBJETO**

4.1. O objeto da licitação é a **prestação dos serviços de administração, sustentação, monitoramento, consultoria e suporte emergencial em banco de dados (PostgreSQL, MySQL e MongoDB)**, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO**

5.1. Este Edital está disponível gratuitamente nos sítios [www.defensoria.ce.def.br/licitacoes](http://www.defensoria.ce.def.br/licitacoes) e [www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada](http://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada).

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pela Pregoeira Nídia de Matos Nunes.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar da licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Comissão de Contratação, da Defensoria Pública Estadual do Ceará, será realizada por meio presencial ou eletrônico e remoto, com o uso de solução tecnológica de videoconferência. Tal formalidade não se aplica no caso de simples instruções, tais como, provocações sobre datas, estágio de tramitação e demais orientações meramente procedimentais, sem qualquer intervenção de mérito, que serão prestadas pela equipe de apoio da Comissão de Contratação.

5.3.1. A equipe de apoio atende pelo telefone de N.º (85) 3194.5023 e pelo e-mail: **licitacao@defensoria.ce.def.br**.

## **6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME**

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **12/05/2026.**

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **26/05/2026, às 09:30h.**

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **26/05/2026, às 09:30h.**

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

## **7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

7.1. Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, Av. Pinto Bandeira, N.º 1.111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza - Ceará, CEP 60.811-170, CNPJ N.º 02.014.521/0001-23.

7.2. Horário de expediente da Comissão de Contratação: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

## **8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará (FAADEP), orçamento 2026.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**06200001.14.126.421.20257.15.339040.1.759.1200070.1.2.01**

8.2.1. Ação: 20257 - MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – FAADEP;

8.2.2. Elemento da Despesa: 339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA;

8.2.3. Fonte de Recurso: 1.759.1200070 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS;

8.2.4. Código Reduzido do Crédito Orçamentário: 29475.

## **9. DA PARTICIPAÇÃO**

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
do ESTADO do CEARÁ

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Comissão de Contratação responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**9.5. Não poderão disputar esta licitação:**

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos.

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei N.º 14.133/2021.

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei N.º 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e, ainda, que não atendam o art. 16 da Lei N.º 14.133/2021.

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei N.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
do ESTADO DO CEARÁ

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei N.º 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos (processo SEI n.º 25.0.000007840-1), nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal N.º 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas da Defensoria Pública do Estado do Ceará, nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 24 do Decreto N.º 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **licitacao@defensoria.ce.def.br**, até as 23h59min, com a informação do N.º do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## 11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 247.447,32 (Duzentos e quarenta e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos)**, conforme o valor global médio do serviço apostado na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

## **12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.**

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei n.º 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

12.5.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

### **13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

#### **14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, que corresponde ao valor global do item.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

**0,5% (cinco décimos por cento)**, utilizando como referência o valor unitário do item, que corresponde ao valor global do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11. possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.14.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.

14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.

14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação.

14.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021;

14.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal n.º 14.682, de 20 de setembro de 2023, ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.23.2. Empresas brasileiras;

14.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

14.24. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.24.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I - Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo.

II - A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio.

III - O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.25.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.26. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

**14.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado, acompanhada dos documentos a ela pertinentes, conforme exigidos no Anexo I – Termo de Referência deste edital.**

## **15. DA FASE DE JULGAMENTO**

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5. deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II - Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27. deste Edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**15.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

15.11.1. Contiver vícios insanáveis;

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.11.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração;

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.11.6. Não apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o Edital, quando exigida;

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais não é motivo de desclassificação.

15.13. A inexecutabilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual n.º 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual n.º 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica da Defensoria Pública do Estado do Ceará, conforme o caso, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**16. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

16.1. Os documentos previstos no item 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de, no documento, não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

## **17. DOS RECURSOS**

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

**17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.**

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber, e na Comissão de Contratação, no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

## **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme § 3º do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 1% (um por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

## **20. DA CONTRATAÇÃO**

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
do ESTADO do CEARÁ

**20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.**

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

**20.7. Da Subcontratação**

20.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta no *Estudo Técnico Preliminar*, no *Termo de Referência* ou nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-Plenário.

**20.8. Da Garantia contratual**

20.8.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2. do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

**21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Comissão de Contratação. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual n.º 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza-CE, *(na data da última assinatura digital)*.

---

**SAMUEL DE ARAÚJO MARQUES**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO  
Ordenador de Despesas

Analisado e aprovado o processo da contratação pela assessoria jurídica:



Documento assinado digitalmente

FRANCISCO JOSE VERAS DE ALBUQUERQUE

Data: 04/05/2026 15:00:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**FRANCISCO JOSÉ VERAS DE ALBUQUERQUE**  
**ASSESSOR JURÍDICO**





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo SEI N.º 25.0.000007840-1**

**Unidade Requisitante:** SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SETIN / GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA - GEINF.

**1. DO OBJETO**

1.1. Serviços de administração, sustentação, monitoramento, consultoria e suporte emergencial em banco de dados (PostgreSQL, MySQL e MongoDB), de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

**2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO
1.	Serviços de administração, sustentação, monitoramento, consultoria e suporte emergencial em banco de dados (PostgreSQL, MySQL e MongoDB).	Serviço	01	R\$ 247.447,32

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

**2.2. Escopo do Serviço Especializados em Administração de Banco de Dados:**

2.2.1. Disponibilização de equipe técnica compartilhada, em regime de atendimento 8x5x365 (8 horas diárias, de segunda a sexta-feira, durante 365 dias), para a Gestão dos Bancos de Dados das aplicações da Defensoria Pública do Estado do Ceará, abrangendo atividades de gestão, sustentação, suporte, tuning e monitoramento, compreendendo:

**2.2.1.1. Gestão dos Bancos de Dados**

2.2.1.1.1. Compreende atividades contínuas de análise, avaliação e planejamento do ambiente de bancos de dados, incluindo:

- Análise de desempenho, por meio da avaliação do comportamento atual dos bancos de dados, utilizando ferramentas de monitoramento para identificação de gargalos e oportunidades de melhoria, considerando: monitoramento e análise histórica de CPU, memória e disco;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

- Segurança, com revisão das políticas vigentes, incluindo controle de acesso, perfis de usuários e auditoria, garantindo aderência às melhores práticas e requisitos regulatórios;
- Análise de dados, contemplando avaliação de volumetria, estatísticas de crescimento e verificação da integridade dos dados;
- Backup contemplando a revisão das políticas existentes e proposição de melhorias, se necessário.
- Avaliação de infraestrutura, envolvendo a análise do ambiente de hardware e software que suporta os bancos de dados, incluindo servidores e subsistemas de armazenamento;
- Planejamento de capacidade, com projeções de crescimento futuro baseadas em tendências observadas e estimativa dos recursos necessários para atendimento da demanda;
- Documentação, com elaboração e atualização de documentos técnicos que reflitam alterações no escopo, arquitetura e estrutura dos bancos de dados.

#### 2.2.1.2. Sustentação e Suporte aos Bancos de Dados

2.2.1.2.1. Execução de atividades de sustentação operacional e suporte técnico especializado, incluindo:

- Garantia da segurança dos bancos de dados, incluindo controles de acesso e boas práticas operacionais;
- Realização de auditorias periódicas nos bancos de dados;
- Implementação e manutenção de políticas de backup;
- Gerenciamento de concorrência e bloqueios no banco de dados;
- Controle e acompanhamento da utilização de recursos do banco de dados;
- Verificação diária da execução e integridade dos backups;
- Instalação e configuração de Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBDs);
- Execução de manutenções rotineiras e periódicas no sistema operacional e nos bancos de dados;
- Recuperação do ambiente em casos de falhas físicas ou lógicas, corrupção de dados, erros humanos, perda de segmentos ou eventos similares;
- Análise das informações provenientes do monitoramento para diagnóstico e planejamento de soluções relacionadas a problemas de performance e/ou disponibilidade.

#### 2.2.1.3. Tuning de Bancos de Dados

2.2.1.3.1. Realização de atividades de performance tuning dos bancos de dados, visando à melhoria do desempenho, eficiência no uso de recursos e estabilidade operacional do ambiente.

#### 2.2.1.4. Monitoramento Remoto

2.2.1.4.1. Disponibilização de Central de Monitoramento Remoto, utilizando um conjunto de ferramentas especializadas que possibilitem a prevenção de incidentes, o aumento da disponibilidade dos serviços e a redução do tempo de resposta a falhas.

2.2.1.4.2. Serão realizadas, de forma periódica, verificações em diversos componentes do ambiente, incluindo, mas não se limitando a:

- Disponibilidade dos bancos de dados e serviços associados;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

- 
- Utilização de recursos (CPU, memória, disco e I/O);
  - Ocorrência de alertas e eventos críticos;
  - Execução de rotinas automatizadas;
  - Integridade dos processos de backup;
  - Indicadores de performance e capacidade.

2.2.1.4.3. Serão realizadas, de forma periódica e sistemática, verificações dos principais componentes do ambiente tecnológico, abrangendo banco de dados, sistema operacional e infraestrutura de hardware, com o objetivo de assegurar a disponibilidade, integridade, segurança e desempenho dos serviços, compreendendo:

a) Banco de Dados

- Disponibilidade das instâncias de banco de dados;
- Uso de recursos do servidor (CPU, memória, I/O, Load Average);
- Integridade do banco (corrupção, checks, validações estruturais);
- Utilização de memória e cache;
- Armazenamento (dados, índices, fragmentação/bloat, logs transacionais, disco);
- Locks, sessões e concorrência;
- Monitoramento de objetos (tabelas, índices, estatísticas, manutenção automática);
- Processos, conexões e portas;
- Análise de logs (slow queries, erros, deadlocks, manutenção).

b) Sistema Operacional

- Utilização de CPU, memória e swap;
- Monitoramento de processos ativos;
- Verificação de uptime do sistema;
- Análise de logs e erros do sistema operacional;
- Verificação de parâmetros de sistema;
- Monitoramento de agendamentos (jobs);
- Verificação de portas de comunicação;
- Análise de compartilhamentos e permissões.

c) Infraestrutura de Hardware

- Utilização e integridade de discos e partições;
- Monitoramento de memória física;
- Verificação do processador;
- Monitoramento de sensores de hardware (LMI), quando aplicável.

2.2.1.4.4. Disponibilização de equipe técnica compartilhada, em regime de atendimento 8x5x365 ( 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira, durante 365 dias) , para atendimento de chamados registrado (s) via Central de Monitoramento, relacionados à criação, execução, correção e



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

suporte operacional dos ambientes de infraestrutura e aplicações de propriedade da CONTRATANTE, compreendendo:

- Acompanhamento diário dos logs de execução e ocorrências operacionais dos serviços;
- Verificação diária da disponibilidade, desempenho e capacidade do ambiente virtualizado;
- Execução de rotinas de backup e restauração (backup/restore) sob demanda;
- Atendimento de incidentes operacionais sob demanda;
- Administração e acompanhamento da volumetria e crescimento de dados;
- Aplicação de atualizações e correções (patches), conforme planejamento previamente aprovado;
- Interface e relacionamento técnico com a equipe de infraestrutura da CONTRATADA;
- Acionamento da equipe de infraestrutura da CONTRATADA para apoio na solução de incidentes;
- Registro, acompanhamento e encerramento de chamados por meio da ferramenta da CONTRATADA.

2.2.1.4.5. Disponibilização de Central de Serviços, em ambiente seguro, operando em regime de atendimento 8x5x365 (8 horas diárias, de segunda a sexta-feira, durante 365 dias), para monitoramento proativo de dispositivos, ambientes e serviços da CONTRATADA, por meio de sensores, eventos e alertas, incluindo:

- Monitoramento de performance e disponibilidade;
- Identificação e tratamento de eventos críticos;
- Análise de eventos recorrentes ou repetitivos;
- Monitoramento de status de serviços (ativo/inativo);
- Acompanhamento do status de tarefas e processos automatizados;
- Controle de versionamento, atualizações e conformidade;
- Registro de chamados para as equipes técnicas responsáveis;
- Acionamento de equipes responsáveis;
- Acionamento de empresas prestadoras de serviços e operadoras, conforme necessidade.

2.2.1.4.6. Acordo de Nível de Serviço (SLA) – Tempo de Atendimento (SLA):

Severidade	Descrição	Tempo para Início de Atendimento	Disponibilidade
1 – Crítica	Incidentes que envolvam ambiente parado e/ou indisponibilidade total de equipamento, sistema ou aplicação crítica.	Até 2 (duas) horas após o registro do chamado.	Conforme horário de atendimento contratado
2 – Alta	Incidentes que afetem usuários e aplicações críticas, sem paralisação total do ambiente.	Até 4 (quatro) horas após o registro do chamado.	Conforme horário de atendimento contratado



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

3 – Média	Incidentes de performance, lentidão ou que afetem usuários e aplicações, permitindo a adoção de medidas de contorno.	Até 4 (quatro) horas úteis após o registro do chamado.	8x5 – Horário Comercial 08:00 às 17:00
4 – Baixa	Incidentes de erros e alertas que afetem usuários ou aplicações não críticas, permitindo medidas de contorno; dúvidas, orientações e solicitações de informação relacionadas à solução.	Até 4 (quatro) horas úteis após o registro do chamado.	8x5 – Horário Comercial 08:00 às 17:00

2.2.1.4.6.1. Em casos de eventos críticos que ocorram em finais de semana e/ou feriados, a empresa deverá disponibilizar técnico, de forma online ou presencial, conforme a necessidade da Contratante.

#### 2.2.1.5. Gestão Compartilhada e Governança Operacional

2.2.1.5.1. Realização de gestão compartilhada, por meio de reuniões mensais, com o objetivo de acompanhar a execução dos serviços, avaliar resultados e apresentar os indicadores operacionais do período, compreendendo, quando aplicável:

- Relatório de atividades executadas;
- Relatório de Níveis de Serviço (SLA);
- Relatório de Tempo Médio de Espera (TME);
- Relatório de falhas de backup tratadas;
- Relatório de restaurações (restores) realizadas;
- Relatório de alertas e eventos monitorados;
- Relatório de atualizações e manutenções executadas;
- Relatório de melhorias implementadas.

#### 2.2.1.6. Execução - Atuação Presencial da Equipe Técnica

2.2.1.6.1. Para assegurar a efetividade dos serviços, a integração com as equipes internas e a adequada condução das atividades técnicas, será exigida a realização de visitas presenciais mínimas de 2 (duas) vezes por semana, em dias e horários previamente acordados com a Instituição, sem prejuízo de outras visitas que se façam necessárias em razão de demandas operacionais ou incidentes relevantes.

### **3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

### **4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
do ESTADO do CEARÁ

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

5.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. Subcontratação**

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta no Estudo Técnico Preliminar e neste termo (subitem abaixo), conforme Acórdão 2450/2025-Plenário.

6.1.1.1. A vedação à subcontratação do objeto contratual decorre diretamente da natureza crítica, integrada e contínua dos serviços a serem executados, bem como da necessidade de responsabilização técnica única pela gestão dos ambientes de banco de dados que suportam os sistemas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

6.1.1.2. Os serviços objeto desta contratação envolvem a administração, sustentação, monitoramento, otimização de desempenho e suporte a ambientes de banco de dados que armazenam e processam informações sensíveis e estratégicas, incluindo dados pessoais e dados de natureza jurídica, cuja proteção está submetida a elevados padrões de segurança da informação e às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A execução adequada dessas atividades exige domínio integral do ambiente tecnológico, abrangendo infraestrutura, sistemas operacionais, bancos de dados, políticas de segurança, rotinas de backup, planos de continuidade e procedimentos de recuperação de desastres.

6.1.1.3. A eventual subcontratação, ainda que parcial, introduziria fragmentação da execução técnica, comprometendo a visão sistêmica necessária à correta gestão do ambiente e dificultando a identificação clara de responsabilidades em situações de falhas, incidentes de segurança ou indisponibilidades críticas. Tal cenário tende a elevar o tempo de resposta a incidentes, aumentar o risco de sobreposição ou lacunas de escopo e fragilizar a governança operacional do serviço.

6.1.1.4. Sob a ótica da segurança da informação, a subcontratação ampliaria significativamente a superfície de exposição a riscos, ao multiplicar agentes com acesso a ambientes críticos, credenciais privilegiadas e dados sensíveis. Essa ampliação dificulta o controle de acessos, a rastreabilidade das ações executadas e a efetividade dos mecanismos de auditoria, contrariando boas práticas de governança de TI e os princípios de segurança por desenho e por padrão.

6.1.1.5. Do ponto de vista da gestão contratual, a admissão de subcontratação aumentaria substancialmente a complexidade da fiscalização, do acompanhamento dos níveis de serviço (SLA) e da aplicação de responsabilidades contratuais, com impacto negativo sobre a eficiência administrativa e sobre a capacidade da Instituição de exigir resultados e aplicar medidas corretivas de forma tempestiva.

6.1.1.6. Ressalte-se, por fim, que a solução adotada pressupõe a contratação de empresa especializada com capacidade técnica própria, equipe multidisciplinar qualificada e estrutura operacional suficiente para executar integralmente o objeto, assegurando continuidade dos serviços, redundância técnica e atendimento adequado a incidentes críticos, sem dependência de terceiros.

6.1.1.7. Diante desse contexto, conclui-se que a não admissão de subcontratação configura-se como medida necessária, proporcional e alinhada ao interesse público, destinada à mitigação de riscos operacionais, à preservação da segurança da informação, à garantia da continuidade dos





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

serviços e à adequada governança da contratação, em conformidade com os princípios da eficiência, da segurança jurídica e da boa gestão previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 6.2. Garantia contratual

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

6.2.2. Adotada a modalidade seguro-garantia, prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentá-la no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 1(um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme § 3º do artigo suprarreferido.

6.2.3. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.2.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 6.2.7, deste Termo.

6.2.6. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I – Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II – Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

III – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.2.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 6.2.8, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco Bradesco S.A., com correção monetária.

6.2.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.2.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

6.2.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.2.15. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.16. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.17. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

### **6.3. Sustentabilidade**

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I - Adoção de práticas que promovam a eficiência no uso de recursos computacionais, com vistas à redução do consumo energético em ambientes de banco de dados;

II - Prioridade à utilização de soluções que contribuam para a otimização de desempenho e racionalização da infraestrutura tecnológica;

III - Compromisso com a redução de desperdícios, retrabalho e uso desnecessário de recursos de TI;

IV - Observância às normas ambientais e às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às atividades administrativas.

V - Como medida mitigadora indireta, a execução dos serviços deverá priorizar o uso racional dos recursos computacionais, a otimização do desempenho dos sistemas e a adoção de boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução do consumo energético e para a eficiência operacional dos ambientes tecnológicos.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **7.1. Condições de Execução**

7.1.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, mediante planejamento prévio, abrangendo atividades de administração, sustentação, monitoramento, suporte e otimização dos



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

ambientes de banco de dados da Defensoria Pública do Estado do Ceará, observados os níveis de serviço pactuados (SLA), as boas práticas de mercado e as normas de segurança da informação.

7.1.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer em regime híbrido, compreendendo:

- a) atendimento remoto contínuo para monitoramento, suporte e sustentação dos ambientes;
- b) atuação obrigatória presencial mínima de 2 (duas) vezes por semana, conforme já estabelecido, para execução de atividades técnicas, reuniões de alinhamento, manutenções programadas e demais demandas que exijam presença física.

7.1.3. Métodos, rotinas, etapas, tecnologias e procedimentos

I – Administração e Sustentação de Bancos de Dados

- a) gerenciamento de instâncias, usuários, perfis e privilégios;
- b) criação, manutenção e ajuste de objetos de banco de dados;
- c) aplicação de patches, atualizações e correções;
- d) verificação periódica de integridade, consistência e disponibilidade dos dados;
- e) gestão de ambientes de desenvolvimento, homologação e produção.

II – Monitoramento e Operação

- a) monitoramento proativo 24x7 da disponibilidade e desempenho;
- b) acompanhamento de indicadores de CPU, memória, I/O, armazenamento e sessões;
- c) configuração de alertas para eventos críticos e degradação de performance;
- d) análise histórica de capacidade e tendências de crescimento.

III – Otimização de Desempenho (Tuning)

- a) análise de planos de execução e consultas críticas;
- b) criação e ajuste de índices;
- c) parametrização de instâncias conforme boas práticas;
- d) eliminação de gargalos de desempenho.

IV – Gestão de Backup e Recuperação

- a) verificação e execução de rotinas de backup;
- b) testes periódicos de restauração;
- c) definição e manutenção de políticas de retenção;
- d) apoio na implementação de planos de recuperação de desastres (DR).

V – Atendimento a Incidentes e Requisições

- a) registro, classificação e tratamento de chamados na plataforma da contratada;
- b) atendimento conforme níveis de criticidade e SLA;
- c) atuação em falhas, indisponibilidades e degradação de serviços;
- d) documentação das ações executadas.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

## VI – Segurança da Informação

- a) controle de acessos e revisão periódica de privilégios;
- b) auditoria de operações e rastreabilidade;
- c) apoio à conformidade com a LGPD e normas institucionais.

## VII – Gestão e Relatórios

- a) reuniões periódicas de acompanhamento;
- b) emissão de relatórios operacionais e gerenciais;
- c) acompanhamento de SLA, indicadores e plano de melhorias.

### 7.1.4. Cronograma de Execução

#### Fase 1 – Iniciação (até 15 dias após a assinatura)

- Reunião de kickoff;
- Levantamento do ambiente e inventário dos bancos de dados;
- Definição de acessos, fluxos e ferramentas;
- Elaboração do plano de trabalho e do plano de monitoramento.

#### Fase 2 – Transição e Estabilização (até 60 dias)

- Implantação ou ajuste do monitoramento;
- Validação das rotinas de backup e restauração;
- Definição de indicadores e baseline de desempenho;
- Início do atendimento de chamados.

#### Fase 3 – Operação Assistida (60 a 90 dias)

- Execução assistida dos serviços;
- Ajustes de tuning iniciais;
- Validação dos SLA e dos fluxos de atendimento;
- Entrega do primeiro relatório gerencial.

#### Fase 4 – Operação Contínua (após 90 dias)

- Administração e sustentação contínua;
- Monitoramento proativo 24x7;
- Execução de manutenções preventivas e corretivas;
- Reuniões mensais e relatórios periódicos.

7.1.4.1. O cronograma de execução dos serviços poderá ser alterado pela DPE, conforme necessidade institucional.

### 7.1.5. Materiais, equipamentos e ferramentas

7.1.5.1. Para a execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar, no mínimo:

#### I – Ferramentas e softwares especializados

- a) ferramentas de monitoramento de banco de dados e infraestrutura;
- b) ferramentas de análise de desempenho e tuning;
- c) sistema de registro e gestão de chamados (Service Desk);
- d) utilitários de backup, restauração e automação de rotinas.

#### II – Recursos operacionais



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

- a) estações de trabalho e notebooks para atuação da equipe técnica;
- b) acesso seguro remoto (VPN ou equivalente);
- c) mecanismos de autenticação segura;
- d) documentação técnica e repositório de procedimentos.

III – Recursos humanos

- a) equipe técnica especializada em administração de bancos de dados;
- b) profissional responsável pela coordenação do serviço;
- c) cobertura para atendimento a incidentes críticos.

7.1.6. Características do serviço

- I – serviço contínuo, especializado e de natureza crítica, com atuação preventiva, corretiva e evolutiva;
- II – execução orientada por níveis de serviço (SLA) e indicadores de desempenho;
- III – atuação proativa, com foco em disponibilidade, integridade, desempenho e segurança dos dados;
- IV – suporte a ambientes heterogêneos (bancos relacionais e não relacionais);
- V – aderência às boas práticas de governança de TI e segurança da informação;
- VI – garantia de rastreabilidade das ações e documentação das atividades realizadas.

7.1.7. Especificação da garantia do serviço

7.1.8. O prazo de garantia dos serviços será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto, abrangendo a correção de falhas, inconsistências ou inadequações na execução dos serviços, sem ônus adicional para a Administração, observado o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos.

**8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas específicas de fiscalização dos serviços de banco de dados.

8.13.1. A fiscalização acompanhará o cumprimento dos níveis de serviço (SLA), especialmente quanto aos prazos de atendimento e solução de incidentes.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

8.13.2. Serão analisados os relatórios periódicos apresentados pela contratada, contendo, no mínimo:

- I – indicadores de disponibilidade dos bancos de dados;
- II – desempenho e capacidade dos ambientes;
- III – incidentes registrados e respectivos tempos de resposta e solução;
- IV – atividades de manutenção preventiva e corretiva realizadas;
- V – execução e testes de backup e restauração.

8.13.3. A fiscalização poderá solicitar ajustes nos procedimentos operacionais sempre que identificadas oportunidades de melhoria, riscos à continuidade do serviço ou descumprimento de boas práticas.

8.13.4. Será realizada reunião periódica de acompanhamento contratual para avaliação dos resultados, definição de ações corretivas e alinhamento das demandas.

## **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Recebimento do Serviço**

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 10 (dez) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no item 11.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2. Liquidação**

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.4 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### 9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### 9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.4.5. O pagamento será realizado com a utilização da unidade de medida mês, conforme tabela abaixo:

SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO
Serviços de administração, sustentação, monitoramento, consultoria e suporte emergencial em banco de dados (PostgreSQL, MySQL e MongoDB).	Mês	12	R\$ 20.620,61	R\$ 247.447,32



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

### **9.5. Antecipação de pagamento**

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

### **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade:

- I** – Adoção de práticas que promovam a eficiência no uso de recursos computacionais, com vistas à redução do consumo energético em ambientes de banco de dados;
- II** – Prioridade à utilização de soluções que contribuam para a otimização de desempenho e racionalização da infraestrutura tecnológica;
- III** – Compromisso com a redução de desperdícios, retrabalho e uso desnecessário de recursos de TI;
- IV** – Observância às normas ambientais e às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às atividades administrativas.
- V** – Como medida mitigadora indireta, a execução dos serviços deverá priorizar o uso racional dos recursos computacionais, a otimização do desempenho dos sistemas e a adoção de boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução do consumo energético e para a eficiência operacional dos ambientes tecnológicos.

11.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.13.1. Comprovar, na forma do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Executar a administração, sustentação, monitoramento e otimização dos ambientes de banco de dados conforme as boas práticas de mercado e os níveis de serviço (SLA) estabelecidos.

11.23. Realizar monitoramento proativo da disponibilidade, desempenho e capacidade dos bancos de dados e da infraestrutura associada, com geração de alertas para eventos críticos.

11.24. Atender e solucionar incidentes, requisições e problemas dentro dos prazos definidos nos Acordos de Nível de Serviço (SLA).

11.25. Executar rotinas de backup, restauração e testes periódicos de recuperação, garantindo a integridade e a disponibilidade dos dados.

11.26. Realizar atividades de análise de desempenho (tuning), ajustes de configuração e parametrização dos ambientes, quando necessário.

11.27. Manter controle de acessos aos bancos de dados, observando os princípios do menor privilégio, da rastreabilidade das ações e as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

11.28. Registrar e manter atualizada a documentação técnica dos ambientes de banco de dados, incluindo procedimentos operacionais, topologia, rotinas de backup e planos de recuperação.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

11.29. Disponibilizar relatórios **mensais** contendo indicadores de desempenho, disponibilidade, capacidade, incidentes e ações executadas.

11.30. Participar das reuniões de acompanhamento contratual e apresentar informações técnicas sempre que solicitado pela fiscalização.

11.31. Garantir a continuidade dos serviços, inclusive mediante substituição de profissionais em caso de ausência, férias ou desligamento, sem prejuízo do SLA.

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

### **Qualificação técnica**

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

12.3.1. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá na comprovação de que a licitante possui experiência e capacidade técnica, compatíveis com o objeto da contratação, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

12.3.2. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços de natureza semelhante ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, envolvendo administração, sustentação, suporte, monitoramento ou otimização de ambientes de banco de dados, em contexto de complexidade compatível.

12.3.3. Será admitida a comprovação de experiência em ao menos uma das seguintes áreas, entre outras de natureza similar, isolada ou conjuntamente, conforme o escopo efetivamente executado:

12.3.3.1. Administração e sustentação de bancos de dados corporativos;

12.3.3.2. Suporte técnico especializado a ambientes de banco de dados;

12.3.3.3. Monitoramento de desempenho, disponibilidade e capacidade;

12.3.3.4. Execução de atividades de otimização de desempenho (tuning);

12.3.3.5. Implementação ou manutenção de rotinas de backup, restauração e continuidade operacional;

12.3.3.6. Atuação em ambientes críticos ou de produção.

12.3.4. A experiência técnica poderá estar relacionada a qualquer sistema gerenciador de banco de dados amplamente utilizado no mercado, seja relacional ou não relacional, desde que compatível com o escopo dos serviços, não sendo exigida comprovação simultânea em tecnologias ou soluções específicas.

12.3.5. Os atestados poderão demonstrar experiência em atividades como:

12.3.5.1. Análise e melhoria de desempenho de bancos de dados;

12.3.5.2. Ajustes de configuração e parametrização conforme boas práticas;

12.3.5.3. Monitoramento de recursos computacionais e identificação de gargalos;

12.3.5.4. Suporte a ambientes com requisitos de alta disponibilidade ou continuidade de serviço;

12.3.5.5. Apoio técnico na resolução de incidentes operacionais.

12.3.6. Será aceita a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, que, isolada ou conjuntamente, comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, totalizando experiência mínima de 3 (três) anos, não sendo exigido que o período seja contínuo, nem que os serviços tenham sido prestados em um único contrato ou para uma única tecnologia, desde que demonstrada a capacidade técnica para a adequada execução dos serviços.

#### **Habilitações fiscal, social e trabalhista**

12.4. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.4.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.4.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.4.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

12.4.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.4.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.4.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.5. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.7. Os documentos enumerados no subitem 12.4, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.4.3, 12.4.4 e 12.4.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.8. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.10. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado uma vez por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.11. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

#### **Habilitação econômico-financeira**

12.13. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.13.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
do ESTADO do CEARÁ

12.13.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira **mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos**: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

### **13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. A despesa é compatível com o planejamento orçamentário e financeiro e existe saldo na dotação orçamentária do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (FAADEP), orçamento 2026.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**06200001.14.126.421.20257.15.339040.1.759.1200070.1.2.01**

**13.2.1.** Ação: 20257 - MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP;

**13.2.2.** Elemento da Despesa: 339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA;

**13.2.3.** Fonte de Recurso: 1.759.1200070 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS;

**13.2.4.** Código Reduzido do Crédito Orçamentário: 29475;

José Tiago Rodrigues Gomes

**Assistente Técnico de Infraestrutura de TI**



## ANEXO A

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPGE) exerce função constitucional essencial à Justiça, prestando assistência jurídica integral e gratuita a cidadãos em situação de vulnerabilidade. Sua atuação depende diretamente da confiabilidade, disponibilidade e integridade de seus sistemas informatizados, que sustentam desde o agendamento de atendimentos até o gerenciamento de processos judiciais.

1.2. A Instituição mantém um Data Center corporativo de alta disponibilidade, responsável por sustentar um ecossistema com mais de 32 (trinta e dois) sistemas/aplicações, os quais operam sob uma infraestrutura de banco de dados composta por:

- 15 (quinze) servidores de banco de dados PostgreSQL;
- 2 (dois) servidores de banco de dados MySQL;
- 2 (dois) servidores de banco de dados MongoDB.

1.3. Esses bancos de dados armazenam informações sensíveis e críticas, incluindo dados pessoais de assistidos, documentos jurídicos e processos administrativos.

1.4. Para garantir o funcionamento ininterrupto, com alta disponibilidade, desempenho otimizado e resiliência das bases de dados utilizadas atualmente, é imprescindível a execução de um conjunto de atividades específicas, tais como:

- 1.4.1. Replicação de dados em tempo real (Failover);
- 1.4.2. Load Balancing para distribuir carga;
- 1.4.3. Monitoramento contínuo com alertas;
- 1.4.4. Ajustes performáticos de parâmetros (Configuration Tuning);
- 1.4.5. Criação e manutenção de índices;
- 1.4.6. Análise e otimização de consultas (Query Tuning);
- 1.4.7. Planejamento de capacidade (monitorar crescimento);
- 1.4.8. Criptografia de dados (em repouso e em trânsito);
- 1.4.9. Gestão rigorosa de usuários e permissões (Mínimo Privilégio);
- 1.4.10. Auditoria de acesso e ações (Auditing);
- 1.4.11. Aplicação regular de patches de segurança;
- 1.4.12. Backups automatizados, frequentes e testados regularmente;
- 1.4.13. Planos de Recuperação de Desastre (DRP) documentados;
- 1.4.14. Recuperação em local alternativo (Off-site);
- 1.4.15. Exercícios simulados de recuperação (Disaster Recovery Drill).

1.5. Entretanto, atualmente a DPE não conta com um Profissional Especialista de Banco de Dados (DBA) em seu quadro funcional com expertise necessária para execução das atividades supracitadas no item “1.4”. Essa lacuna técnica gera os seguintes riscos operacionais e institucionais:



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

- 1.5.1. Vulnerabilidade a falhas de performance, indisponibilidade ou corrupção de dados;
- 1.5.2. Ausência de planejamento de capacidade, monitoramento proativo e tuning;
- 1.5.3. Dificuldade na resolução de incidentes críticos em tempo hábil;
- 1.5.4. Riscos à segurança da informação e conformidade com a LGPD;
- 1.5.5. Comprometimento da continuidade dos serviços jurídicos prestados à população.
- 1.6. Diante da complexidade e criticidade da infraestrutura, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados em banco de dados, com o seguinte escopo mínimo:
  - 1.6.1. Administração, monitoramento e otimização dos bancos PostgreSQL, MySQL e MongoDB;
  - 1.6.2. Realização de backups, recuperação e testes de restauração;
  - 1.6.3. Ajuste de performance e resolução de degradação;
  - 1.6.4. Implementação de medidas de segurança e conformidade;
  - 1.6.5. Suporte técnico emergencial para incidentes graves.
- 1.7. Portanto, a contratação de Serviços Especializados em Administração de Banco de Dados (DBA) não se configura como uma mera melhoria operacional, mas sim como uma medida mandatória de gestão de risco e de garantia da função constitucional da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

## **2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO.**

2.1. A contratação deverá atender aos requisitos técnicos e operacionais mínimos necessários para assegurar a adequada prestação de Serviços Especializados em Tecnologia da Informação, voltados à administração, sustentação, monitoramento e suporte de ambientes de bancos de dados e infraestrutura associada da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

### **2.2. Requisitos Funcionais**

2.2.1. A solução deverá contemplar, no mínimo:

- 2.2.2.1.1. Administração e gestão contínua dos bancos de dados utilizados pela Instituição;
- 2.2.2.1.2. Sustentação operacional e suporte técnico especializado aos ambientes de banco de dados e sistemas correlatos;
- 2.2.2.1.3. Monitoramento proativo da disponibilidade, desempenho e capacidade dos ambientes tecnológicos;
- 2.2.2.1.4. Execução de atividades de otimização de desempenho (tuning);
- 2.2.2.1.5. Atendimento a incidentes, solicitações técnicas e demandas operacionais, conforme níveis de serviço definidos;
- 2.2.2.1.6. Disponibilização de Central de Serviços para registro, acompanhamento e tratamento de chamados técnicos.

### **2.3. Requisitos de Monitoramento e Disponibilidade**

2.3.1. A contratada deverá prover mecanismos de monitoramento contínuo, capazes de:

- 2.3.1.1. Acompanhar a disponibilidade dos bancos de dados e serviços associados;
- 2.3.1.2. Monitorar a utilização de recursos computacionais (CPU, memória, armazenamento e I/O);
- 2.3.1.3. Emitir alertas proativos para eventos críticos, falhas ou degradação de desempenho;
- 2.3.1.4. Permitir análise histórica de indicadores de performance e capacidade.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

#### 2.4. Requisitos de Segurança da Informação

2.4.1. A solução deverá observar práticas de segurança da informação compatíveis com a criticidade dos dados institucionais, incluindo:

2.4.1.1. Controle de acesso aos ambientes de banco de dados, com definição de perfis e privilégios;

2.4.1.2. Mecanismos de auditoria e rastreabilidade das operações;

2.4.1.3. Adoção de boas práticas operacionais e conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

#### 2.5. Requisitos de Suporte e Sustentação

2.5.1. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica especializada para:

2.5.1.1. Atendimento a incidentes e solicitações técnicas;

2.5.1.2. Execução de manutenções preventivas e corretivas;

2.5.1.3. Suporte às rotinas de backup e restauração;

2.5.1.4. Apoio técnico na resolução de falhas, erros operacionais ou indisponibilidades.

#### 2.6. Requisitos de Gestão e Acompanhamento

2.6.1. Deverão ser previstos mecanismos de acompanhamento da execução contratual, incluindo:

2.6.1.1. Reuniões periódicas de alinhamento e acompanhamento dos serviços;

2.6.1.2. Apresentação de relatórios operacionais e indicadores de desempenho;

2.6.1.3. Gestão dos níveis de serviço pactuados (SLA).

#### 2.7. Execução contratual

2.7.1. O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

2.7.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

2.7.2. Atuação Presencial da Equipe Técnica: É exigida a realização de visitas presenciais mínimas de 2 (duas) vezes por semana, no endereço Avenida Pinto Bandeira, nº 1.111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, CEP 60.811-170, em dias e horários previamente acordados com a Instituição.

#### 2.8. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

#### 2.9. A empresa deverá ter cadastro no Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

#### 2.10. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

2.10.1. A vedação à subcontratação do objeto contratual decorre diretamente da natureza crítica, integrada e contínua dos serviços a serem executados, bem como da necessidade de responsabilização técnica única pela gestão dos ambientes de banco de dados que suportam os sistemas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

2.10.1.1. Os serviços objeto desta contratação envolvem a administração, sustentação, monitoramento, otimização de desempenho e suporte a ambientes de banco de dados que armazenam e processam informações sensíveis e estratégicas, incluindo dados pessoais e dados de natureza jurídica, cuja proteção está submetida a elevados padrões de segurança da informação e às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A execução adequada dessas atividades exige domínio integral do ambiente tecnológico, abrangendo



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

infraestrutura, sistemas operacionais, bancos de dados, políticas de segurança, rotinas de backup, planos de continuidade e procedimentos de recuperação de desastres.

2.10.1.2. A eventual subcontratação, ainda que parcial, introduziria fragmentação da execução técnica, comprometendo a visão sistêmica necessária à correta gestão do ambiente e dificultando a identificação clara de responsabilidades em situações de falhas, incidentes de segurança ou indisponibilidades críticas. Tal cenário tende a elevar o tempo de resposta a incidentes, aumentar o risco de sobreposição ou lacunas de escopo e fragilizar a governança operacional do serviço.

2.10.1.3. Sob a ótica da segurança da informação, a subcontratação ampliaria significativamente a superfície de exposição a riscos, ao multiplicar agentes com acesso a ambientes críticos, credenciais privilegiadas e dados sensíveis. Essa ampliação dificulta o controle de acessos, a rastreabilidade das ações executadas e a efetividade dos mecanismos de auditoria, contrariando boas práticas de governança de TI e os princípios de segurança por desenho e por padrão.

2.10.1.4. Do ponto de vista da gestão contratual, a admissão de subcontratação aumentaria substancialmente a complexidade da fiscalização, do acompanhamento dos níveis de serviço (SLA) e da aplicação de responsabilidades contratuais, com impacto negativo sobre a eficiência administrativa e sobre a capacidade da Instituição de exigir resultados e aplicar medidas corretivas de forma tempestiva.

2.10.1.5. Ressalte-se, por fim, que a solução adotada pressupõe a contratação de empresa especializada com capacidade técnica própria, equipe multidisciplinar qualificada e estrutura operacional suficiente para executar integralmente o objeto, assegurando continuidade dos serviços, redundância técnica e atendimento adequado a incidentes críticos, sem dependência de terceiros.

2.10.1.6. Diante desse contexto, conclui-se que a não admissão de subcontratação configura-se como medida necessária, proporcional e alinhada ao interesse público, destinada à mitigação de riscos operacionais, à preservação da segurança da informação, à garantia da continuidade dos serviços e à adequada governança da contratação, em conformidade com os princípios da eficiência, da segurança jurídica e da boa gestão previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### 2.11. Será exigida garantia contratual.

2.11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

#### 2.12. É vedada a participação de consórcio.

2.12.1. A vedação à participação de empresas em consórcio fundamenta-se na natureza integrada, contínua e de elevada criticidade do objeto da contratação, bem como na necessidade de unidade de responsabilidade técnica, operacional e contratual na execução dos serviços.

2.12.1.1. O objeto desta contratação compreende a prestação de serviços especializados de administração, sustentação, monitoramento, otimização e suporte a ambientes de banco de dados que sustentam sistemas institucionais essenciais da Defensoria Pública do Estado do Ceará, os quais armazenam e processam informações sensíveis, inclusive dados pessoais e dados de natureza jurídica, sujeitos a rigorosos requisitos de segurança da informação e às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

2.12.1.2. A adequada execução dos serviços demanda coordenação técnica centralizada, visão sistêmica do ambiente e resposta tempestiva a incidentes críticos, especialmente em cenários de indisponibilidade, falhas de segurança ou degradação de desempenho. A participação de consórcios, ao distribuir a execução entre múltiplas empresas consorciadas, tende a fragmentar a gestão técnica e operacional, dificultando a definição clara de papéis, responsabilidades e fluxos de decisão, sobretudo em situações que exigem atuação imediata e integrada.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

2.12.1.3. Sob a perspectiva da gestão contratual, a admissão de consórcio implicaria aumento significativo da complexidade de fiscalização, do acompanhamento dos níveis de serviço (SLA) e da responsabilização por eventuais descumprimentos contratuais. Em ambientes críticos, a diluição de responsabilidades entre consorciadas pode comprometer a efetividade das ações corretivas, a aplicação de penalidades e a exigência de resultados, com prejuízo à eficiência administrativa.

2.12.1.4. Adicionalmente, a atuação consorciada amplia os riscos relacionados à segurança da informação, ao multiplicar agentes com acesso a ambientes sensíveis, credenciais privilegiadas e dados protegidos, dificultando o controle de acessos, a rastreabilidade de ações e a auditoria das operações realizadas, em desacordo com as boas práticas de governança de tecnologia da informação.

2.12.1.5. Ressalte-se que o objeto da contratação não apresenta complexidade que justifique a formação de consórcio, uma vez que se trata de serviço especializado amplamente ofertado no mercado por empresas que detêm capacidade técnica, operacional e estrutural própria para executar integralmente o escopo, conforme evidenciado no levantamento de soluções de mercado e na solução escolhida neste Estudo Técnico Preliminar.

2.12.1.6. Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação em consórcio constitui medida necessária, proporcional e adequada ao interesse público, voltada à preservação da unidade de responsabilidade técnica, à mitigação de riscos operacionais e de segurança da informação, à garantia da continuidade dos serviços e à eficiência da gestão contratual, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e da boa governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 2.13. Sustentabilidade

2.13.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Adoção de práticas que promovam a eficiência no uso de recursos computacionais, com vistas à redução do consumo energético em ambientes de banco de dados;
- b) Prioridade à utilização de soluções que contribuam para a otimização de desempenho e racionalização da infraestrutura tecnológica;
- c) Compromisso com a redução de desperdícios, retrabalho e uso desnecessário de recursos de TI;
- d) Observância às normas ambientais e às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às atividades administrativas.

2.13.2. Como medida mitigadora indireta, a execução dos serviços deverá priorizar o uso racional dos recursos computacionais, a otimização do desempenho dos sistemas e a adoção de boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução do consumo energético e para a eficiência operacional dos ambientes tecnológicos.

## 2.14. Da garantia do serviço

2.14.1. A contratada deverá garantir a qualidade, a continuidade e a adequada prestação dos serviços de administração e sustentação de banco de dados durante toda a vigência contratual, observando os níveis de serviço estabelecidos, as boas práticas de mercado e as normas técnicas aplicáveis.

2.14.2. A garantia abrange, no mínimo:

- a) A correção, sem ônus adicional para a Administração, de falhas, erros ou inconsistências identificadas na execução dos serviços;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

- b) O suporte técnico necessário à manutenção da disponibilidade, integridade e desempenho dos ambientes de banco de dados;
- c) O cumprimento dos prazos de atendimento e solução previstos nos Acordos de Nível de Serviço (ANS/SLA);
- d) A responsabilidade pela qualidade das atividades realizadas, inclusive quanto à segurança da informação e à proteção dos dados institucionais;
- e) A adoção de medidas preventivas para mitigação de riscos operacionais e redução de incidentes.

2.14.2.1. O descumprimento das condições de garantia sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento contratual, sem prejuízo da reparação por eventuais danos causados à Instituição.

#### 2.15. Condições de recebimento e de pagamento

2.15.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pela fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

2.15.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.15.3. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

2.15.4. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

2.15.5. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

2.15.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

#### 2.16. Da habilitação

##### 2.16. 1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

2.16.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

2.16.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

2.16.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

2.16.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

2.16.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

2.16.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

2.16.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

2.16.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

#### 2.17. Qualificação técnica

2.17.1. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

2.17.1.1. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá na comprovação de que a licitante possui experiência e capacidade técnica compatíveis com o objeto da contratação, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

2.17.1.2. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços de natureza semelhante ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, envolvendo administração, sustentação, suporte, monitoramento ou otimização de ambientes de banco de dados, em contexto de complexidade compatível.

2.17.1.3. Será admitida a comprovação de experiência em ao menos uma das seguintes áreas, entre outras de natureza similar, isolada ou conjuntamente, conforme o escopo efetivamente executado:

2.17.1.3.1. Administração e sustentação de bancos de dados corporativos;

2.17.1.3.2. Suporte técnico especializado a ambientes de banco de dados;

2.17.1.3.3. Monitoramento de desempenho, disponibilidade e capacidade;

2.17.1.3.4. Execução de atividades de otimização de desempenho (tuning);

2.17.1.3.5. Implementação ou manutenção de rotinas de backup, restauração e continuidade operacional;

2.17.1.3.6. Atuação em ambientes críticos ou de produção.

2.17.1.4. A experiência técnica poderá estar relacionada a qualquer sistema gerenciador de banco de dados amplamente utilizado no mercado, seja relacional ou não relacional, desde que compatível com o escopo dos serviços, não sendo exigida comprovação simultânea em tecnologias ou soluções específicas.

2.17.1.5. Os atestados poderão demonstrar experiência em atividades como:

2.17.1.5.1. Análise e melhoria de desempenho de bancos de dados;

2.17.1.5.2. Ajustes de configuração e parametrização conforme boas práticas;

2.17.1.5.3. Monitoramento de recursos computacionais e identificação de gargalos;





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
do ESTADO DO CEARÁ

2.17.1.5.4. Suporte a ambientes com requisitos de alta disponibilidade ou continuidade de serviço;

2.17.1.5.5. Apoio técnico na resolução de incidentes operacionais.

2.17.1.6. Será aceita a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, que, isolada ou conjuntamente, comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, totalizando experiência mínima de 3 (três) anos, não sendo exigido que o período seja contínuo, nem que os serviços tenham sido prestados em um único contrato ou para uma única tecnologia, desde que demonstrada a capacidade técnica para a adequada execução dos serviços.

2.17.1.7. Justificativa para a exigência de qualificação técnica

2.17.1.7.1. A exigência de qualificação técnica na presente contratação fundamenta-se na complexidade, criticidade e especificidade dos serviços a serem executados, os quais envolvem a administração, sustentação, monitoramento, otimização e suporte a ambientes de banco de dados que suportam sistemas institucionais essenciais da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

2.17.1.7.2. O objeto da contratação demanda a execução contínua de atividades técnicas especializadas, tais como monitoramento proativo, tuning de desempenho, gestão de backups, implementação de controles de segurança, auditoria de acessos e atuação em cenários de indisponibilidade ou falhas críticas. Tais atividades pressupõem conhecimento técnico aprofundado, experiência prática comprovada e capacidade operacional consolidada, sob pena de exposição da Instituição a riscos relevantes de indisponibilidade, perda ou corrupção de dados, falhas de segurança da informação e comprometimento da continuidade dos serviços prestados à população.

2.17.1.7.3. Os ambientes a serem geridos caracterizam-se por heterogeneidade tecnológica e elevado grau de criticidade, abrangendo bancos de dados relacionais e não relacionais, infraestrutura de produção em operação contínua e volumes expressivos de dados sensíveis. Nesse contexto, a exigência de comprovação de experiência prévia em serviços compatíveis com o objeto mostra-se medida necessária para assegurar que a futura contratada detenha capacidade técnica real, e não apenas potencial, para executar o escopo com a qualidade, segurança e tempestividade requeridas.

2.17.1.7.4. A comprovação da qualificação técnico-operacional por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado atende ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, configurando instrumento legítimo para demonstrar a aptidão da licitante na execução de serviços de natureza semelhante, em ambientes de complexidade compatível. Ressalte-se que as exigências foram estruturadas de forma proporcional, razoável e não restritiva, admitindo-se a comprovação de experiência em tecnologias amplamente utilizadas no mercado, sem vinculação a soluções proprietárias ou a fabricantes específicos.

2.17.1.7.5. Adicionalmente, a possibilidade de apresentação de um ou mais atestados, isolada ou conjuntamente, bem como a não exigência de experiência simultânea em todas as tecnologias envolvidas, ampliam a competitividade do certame, ao mesmo tempo em que preservam o nível mínimo de segurança técnica necessário à adequada execução do contrato.

2.17.1.7.6. Sob a ótica da gestão de riscos, a exigência de qualificação técnica constitui medida preventiva essencial, destinada a reduzir a probabilidade de falhas na execução contratual, atrasos no atendimento a incidentes, descumprimento de níveis de serviço (SLA) e impactos negativos à segurança da informação e à continuidade operacional dos sistemas institucionais.

2.17.1.7.7. Diante do exposto, conclui-se que a solicitação de qualificação técnica revela-se indispensável, adequada e compatível com o objeto da contratação, estando alinhada aos





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

princípios da eficiência, da seleção da proposta mais vantajosa e da proteção do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.18. Habilitação fiscal, social e trabalhista

2.18.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

2.18.1.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.18.1.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.18.1.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.18.1.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.18.1.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

2.18.1.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

2.18.2. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.18.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

2.18.4. Os documentos enumerados no subitem 2.18, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto à comprovação de atendimento do disposto nos subitens 2.18.1.3, 2.18.1.4. e 2.18.1.5. deverá ser feita na forma da legislação específica.

2.18.5. Para os Estados e Municípios que emitem prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

2.18.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.18.7. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado uma vez por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

2.18.8. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

2.18.9. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

## 2.19. Habilitação econômico-financeira

2.19.1. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

2.19.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

2.19.1.2. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

2.19.2. Justificativa para a exigência de habilitação econômico-financeira

2.19.2.1. A exigência de habilitação econômico-financeira na presente contratação fundamenta-se na natureza continuada, estratégica e de elevada criticidade dos serviços a serem executados, os quais são essenciais à sustentação dos sistemas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Ceará e à garantia da continuidade dos serviços prestados à população.

2.19.2.1.1. O objeto da contratação envolve a prestação contínua de serviços especializados de administração, sustentação, monitoramento, otimização e suporte a ambientes de banco de dados em operação permanente, com responsabilidade direta sobre a disponibilidade, integridade e segurança de informações sensíveis e dados institucionais críticos. A adequada execução desse escopo exige que a futura contratada possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas, de modo a assegurar a manutenção de equipe técnica qualificada, a disponibilidade de recursos operacionais e o cumprimento regular dos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários ao longo de toda a vigência contratual.

2.19.2.1.2. A comprovação da habilitação econômico-financeira constitui instrumento legítimo de mitigação de riscos contratuais, na medida em que reduz a probabilidade de interrupções na execução dos serviços decorrentes de insolvência, recuperação judicial não sustentável, desequilíbrio financeiro ou incapacidade de honrar compromissos assumidos. Em contratos de serviços contínuos e críticos, tais ocorrências podem resultar em descontinuidade operacional, descumprimento de níveis de serviço (SLA) e impactos relevantes sobre a segurança da informação e a atividade finalística da Instituição.

2.19.2.1.3. Nesse contexto, a exigência de documentação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, revela-se necessária, proporcional e adequada ao objeto da contratação, permitindo à Administração avaliar a solidez financeira da licitante e sua aptidão para suportar os custos operacionais inerentes à execução integral do contrato, inclusive em cenários de variação de demanda ou necessidade de resposta a incidentes críticos.

2.19.2.1.4. Ressalte-se que os critérios de habilitação econômico-financeira foram definidos de forma razoável e não restritiva, limitando-se aos elementos estritamente necessários à aferição da capacidade financeira da licitante, sem impor exigências excessivas ou desproporcionais que possam comprometer a competitividade do certame.

2.19.2.1.5. Diante do exposto, conclui-se que a solicitação de habilitação econômico-financeira é indispensável para a proteção do interesse público, contribuindo para a seleção de empresa economicamente apta, para a mitigação de riscos de inadimplemento contratual e para a garantia da continuidade, da qualidade e da segurança dos serviços prestados, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

### 3. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES DE MERCADO.

#### 3.1. Identificação e análise dos cenários

3.1.1. Foram identificados e analisados os principais cenários disponíveis no mercado para atendimento da demanda por serviços de administração e sustentação de banco de dados, considerando aspectos técnicos, operacionais, financeiros e institucionais.

#### 3.2. Soluções avaliadas

3.2.1. Para fins de subsidiar a tomada de decisão, foram avaliadas as seguintes alternativas:

I – Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços, com base em pesquisa realizada junto à empresa Tauge Tecnologia;

II – Contratação de profissional terceirizado, considerando os valores de referência praticados pela Defensoria Pública para possível contratação de técnico especializado.

#### 3.3. Análise comparativa das alternativas

Aspecto	1ª alternativa - Contratação de empresa especializada em serviços de consultoria em banco de dados, pelo período de 12 (doze) meses.	2ª alternativa - Contratação de Analista de Banco de Dados (colaborador terceirizado), pelo período de 12 (doze) meses.
Custo Anual	R\$ 222.117,16 Global (Empresa Tauge Tecnologia)	R\$ 271.608,00 Global (Valor de um colaborador terceirizado pago pela DPE no cargo )
Escopo de Cobertura	Equipe multidisciplinar com expertise em monitoramento, backup, tuning e segurança	Atuação restrita a um único profissional
Resiliência Técnica	Alta, com cobertura em casos de ausência ou rotatividade	Baixa, com dependência de um único recurso
Custo-Benefício	Superior, com menor custo e maior abrangência técnica	Inferior, com custo elevado para escopo limitado
Risco Operacional	Baixo, com gestão baseada em SLAs e responsabilidade contratual	Alto, com risco de descontinuidade por afastamento ou desligamento
Complexidade Gerencial	Gestão contratual orientada a resultados	Necessidade de supervisão técnica direta e gestão individual

#### 3.4. Fundamentação dos valores

3.4.1. Os valores que fundamentam as informações apresentadas no item anterior encontram-se detalhados nos documentos anexos ao processo em epígrafe.

#### 3.5. Justificativa da solução escolhida

3.5.1. A 1ª Alternativa — contratação de empresa especializada — apresenta-se como a solução mais vantajosa para a Instituição, considerando os seguintes fatores:

I – Economicidade: Proporciona economia anual estimada de R\$ 49.490,84 em relação à segunda alternativa, representando redução aproximada de 18% nos custos, com base na pesquisa de preços inicial utilizada para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), ressaltando-se que essa economia poderá ser ainda maior após a disputa em sessão pública do processo licitatório.

II – Abrangência Técnica: Assegura cobertura integral das demandas relacionadas à administração de banco de dados, por meio de equipe multidisciplinar e especializada;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

III – Mitigação de Riscos: Garante maior continuidade dos serviços, com suporte permanente, redundância técnica e menor dependência individual;

IV – Adequação Legal: Atende aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando a seleção da solução mais adequada ao interesse público.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

##### **4.1. Escopo do Serviço Especializado em Administração de Banco de Dados:**

4.1.1. Disponibilização de equipe técnica compartilhada, em regime 8x5x365, para a Gestão dos Bancos de Dados das aplicações da Defensoria Pública do Estado do Ceará, abrangendo atividades de gestão, sustentação, suporte, tuning e monitoramento, compreendendo:

##### **4.1.1.1. Gestão dos Bancos de Dados**

4.1.1.1.1. Compreende atividades contínuas de análise, avaliação e planejamento do ambiente de bancos de dados, incluindo:

- Análise de desempenho, por meio da avaliação do comportamento atual dos bancos de dados, utilizando ferramentas de monitoramento para identificação de gargalos e oportunidades de melhoria, considerando: monitoramento e análise histórica de CPU, memória e disco;
- Segurança, com revisão das políticas vigentes, incluindo controle de acesso, perfis de usuários e auditoria, garantindo aderência às melhores práticas e requisitos regulatórios;
- Análise de dados, contemplando avaliação de volumetria, estatísticas de crescimento e verificação da integridade dos dados;
- Backup contemplando a revisão das políticas existentes e proposição de melhorias, se necessário.
- Avaliação de infraestrutura, envolvendo a análise do ambiente de hardware e software que suporta os bancos de dados, incluindo servidores e subsistemas de armazenamento;
- Planejamento de capacidade, com projeções de crescimento futuro baseadas em tendências observadas e estimativa dos recursos necessários para atendimento da demanda;
- Documentação, com elaboração e atualização de documentos técnicos que reflitam alterações no escopo, arquitetura e estrutura dos bancos de dados.

##### **4.1.1.2. Sustentação e Suporte aos Bancos de Dados**

4.1.1.2.1. Execução de atividades de sustentação operacional e suporte técnico especializado, incluindo:

- Garantia da segurança dos bancos de dados, incluindo controles de acesso e boas práticas operacionais;
- Realização de auditorias periódicas nos bancos de dados;
- Implementação e manutenção de políticas de backup;
- Gerenciamento de concorrência e bloqueios no banco de dados;
- Controle e acompanhamento da utilização de recursos do banco de dados;
- Verificação diária da execução e integridade dos backups;
- Instalação e configuração de Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBDs);
- Execução de manutenções rotineiras e periódicas no sistema operacional e nos bancos de dados;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

- Recuperação do ambiente em casos de falhas físicas ou lógicas, corrupção de dados, erros humanos, perda de segmentos ou eventos similares;
- Análise das informações provenientes do monitoramento para diagnóstico e planejamento de soluções relacionadas a problemas de performance e/ou disponibilidade.

#### 4.1.1.3. Tuning de Bancos de Dados

4.1.1.3.1. Realização de atividades de performance tuning dos bancos de dados, visando à melhoria do desempenho, eficiência no uso de recursos e estabilidade operacional do ambiente.

#### 4.1.1.4. Monitoramento Remoto

4.1.1.4.1. Disponibilização de Central de Monitoramento Remoto, utilizando um conjunto de ferramentas especializadas que possibilitem a prevenção de incidentes, o aumento da disponibilidade dos serviços e a redução do tempo de resposta a falhas.

4.1.1.4.2. Serão realizadas, de forma periódica, verificações em diversos componentes do ambiente, incluindo, mas não se limitando a:

- Disponibilidade dos bancos de dados e serviços associados;
- Utilização de recursos (CPU, memória, disco e I/O);
- Ocorrência de alertas e eventos críticos;
- Execução de rotinas automatizadas;
- Integridade dos processos de backup;
- Indicadores de performance e capacidade.

4.1.1.4.3. Serão realizadas, de forma periódica e sistemática, verificações dos principais componentes do ambiente tecnológico, abrangendo banco de dados, sistema operacional e infraestrutura de hardware, com o objetivo de assegurar a disponibilidade, integridade, segurança e desempenho dos serviços, compreendendo:

##### a) Banco de Dados

- Disponibilidade das instâncias de banco de dados;
- Uso de recursos do servidor (CPU, memória, I/O, Load Average);
- Integridade do banco (corrupção, checks, validações estruturais);
- Utilização de memória e cache;
- Armazenamento (dados, índices, fragmentação/bloat, logs transacionais, disco);
- Locks, sessões e concorrência;
- Monitoramento de objetos (tabelas, índices, estatísticas, manutenção automática);
- Processos, conexões e portas;
- Análise de logs (slow queries, erros, deadlocks, manutenção).

##### b) Sistema Operacional

- Utilização de CPU, memória e swap;
- Monitoramento de processos ativos;
- Verificação de uptime do sistema;
- Análise de logs e erros do sistema operacional;
- Verificação de parâmetros de sistema;
- Monitoramento de agendamentos (jobs);
- Verificação de portas de comunicação;
- Análise de compartilhamentos e permissões.

##### c) Infraestrutura de Hardware

- Utilização e integridade de discos e partições;
- Monitoramento de memória física;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

- Verificação do processador;
- Monitoramento de sensores de hardware (LMI), quando aplicável.

4.1.1.4.4. Disponibilização de equipe técnica compartilhada, em regime 8x5x365, para atendimento de chamados registrado(s) via Central de Monitoramento, relacionados à criação, execução, correção e suporte operacional dos ambientes de infraestrutura e aplicações de propriedade da CONTRATADA, compreendendo:

- Acompanhamento diário dos logs de execução e ocorrências operacionais serviços;
- Verificação diária da disponibilidade, desempenho e capacidade do ambiente virtualizado;
- Execução de rotinas de backup e restauração (backup/restore) sob demanda;
- Atendimento de incidentes operacionais sob demanda;
- Administração e acompanhamento da volumetria e crescimento de dados;
- Aplicação de atualizações e correções (patches), conforme planejamento previamente aprovado;
- Interface e relacionamento técnico com a equipe de infraestrutura da CONTRATADA;
- Acionamento da equipe de infraestrutura da CONTRATADA para apoio na solução de incidentes;
- Registro, acompanhamento e encerramento de chamados por meio da ferramenta da CONTRATADA.

4.1.1.4.5. Disponibilização de Central de Serviços, em ambiente seguro, operando em regime 8x5x365, para monitoramento proativo de dispositivos, ambientes e serviços da CONTRATADA, por meio de sensores, eventos e alertas, incluindo:

- Monitoramento de performance e disponibilidade;
- Identificação e tratamento de eventos críticos;
- Análise de eventos recorrentes ou repetitivos;
- Monitoramento de status de serviços (ativo/inativo);
- Acompanhamento do status de tarefas e processos automatizados;
- Controle de versionamento, atualizações e conformidade;
- Registro de chamados para as equipes técnicas responsáveis;
- Acionamento de equipes responsáveis;
- Acionamento de empresas prestadoras de serviços e operadoras, conforme necessidade.

4.1.1.4.6. Acordo de Nível de Serviço (SLA) – Tempo de Atendimento (SLA):

Severidade	Descrição	Tempo para Início de Atendimento	Disponibilidade
1 – Crítica	Incidentes que envolvam ambiente parado e/ou indisponibilidade total de equipamento, sistema ou aplicação crítica.	Até 2 (duas) horas após o registro do chamado.	Conforme horário de atendimento contratado.
2 – Alta	Incidentes que afetem usuários e aplicações críticas, sem paralisação total do ambiente.	Até 4 (quatro) horas após o registro do chamado.	Conforme horário de atendimento contratado.
3 – Média	Incidentes de performance, lentidão ou que afetem usuários e aplicações, permitindo a adoção de medidas de contorno.	Até 4 (quatro) horas úteis após o registro do chamado.	8x5 – Horário Comercial 08:00 às 17:00.
	Incidentes de erros e alertas que afetem usuários ou aplicações não	Até 4 (quatro) horas úteis	8x5 – Horário





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

4 – Baixa	críticas, permitindo medidas de contorno; dúvidas, orientações e solicitações de informação relacionadas à solução.	após o registro do chamado.	Comercial 08:00 às 17:00.
-----------	---	-----------------------------	------------------------------

4.1.1.4.6.1. Em casos de eventos críticos que ocorram em finais de semana e/ou feriados, a empresa deverá disponibilizar técnico, de forma online ou presencial, conforme a necessidade da Contratante.

**4.1.1.5. Gestão Compartilhada e Governança Operacional**

4.1.1.5.1. Realização de gestão compartilhada, por meio de reuniões mensais, com o objetivo de acompanhar a execução dos serviços, avaliar resultados e apresentar os indicadores operacionais do período, compreendendo, quando aplicável:

- Relatório de atividades executadas;
- Relatório de Níveis de Serviço (SLA);
- Relatório de Tempo Médio de Espera (TME);
- Relatório de falhas de backup tratadas;
- Relatório de restaurações (restores) realizadas;
- Relatório de alertas e eventos monitorados;
- Relatório de atualizações e manutenções executadas;
- Relatório de melhorias implementadas.

**4.1.1.6. Execução - Atuação Presencial da Equipe Técnica**

4.1.1.6.1. Para assegurar a efetividade dos serviços, a integração com as equipes internas e a adequada condução das atividades técnicas, será exigida a realização de visitas presenciais mínimas de 2 (duas) vezes por semana, em dias e horários previamente acordados com a Instituição, sem prejuízo de outras visitas que se façam necessárias em razão de demandas operacionais ou incidentes relevantes.

4.1.1.7. Foi realizada análise dos riscos associados à contratação dos serviços de administração e sustentação de banco de dados, considerando aspectos técnicos, operacionais, financeiros e institucionais, com a finalidade de identificar, avaliar e estabelecer medidas de mitigação, visando assegurar a continuidade e a qualidade da contratação:

RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Definição inadequada do objeto	Média	Alto	Elaboração do ETP com foco em requisitos funcionais e alinhamento entre ETP, TR e edital	GEPRO	Revisão do escopo e ajustes nos documentos da contratação	GELIC/GEPRO
Exigências restritivas de habilitação	Média	Alto	Redação de critérios técnicos proporcionais	GEINF/GEPRO	Adequação do edital em caso de impugnação	GELIC / GEPRO
Estimativa de preços imprecisa	Média	Médio	Pesquisa de preços com múltiplas fontes e análise crítica dos valores	GEOQ	Atualização da pesquisa de preços	GEOQ
Baixa	Baixa	Médio	Ampliação da	GEINF/	Avaliação de	GELIC



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
do ESTADO do CEARÁ

competitividade e no certame			competitividade por meio de especificações não restritivas	GEPRO	republicação ou ajustes no edital	
Impugnações e recursos administrativos	Média	Médio	Revisão técnica e jurídica prévia dos documentos	GEPRO/ Jurídico	Análise e resposta às impugnações e recursos	GEPRO/ GEINF
Inconsistência entre ETP, TR e edital	Baixa	Alto	Revisão cruzada dos documentos do planejamento	GEPRO/ GELIC	Correção dos documentos antes da contratação	GEPRO
Execução insatisfatória dos serviços	Média	Alto	Definição clara do escopo, SLAs e critérios de medição	GEINF/ GEPRO	Aplicação de penalidades e exigência de plano de correção	Gestor do Contrato
Descumprimento de prazos de atendimento	Média	Médio	Monitoramento contínuo dos SLAs e indicadores	Gestor do Contrato / Fiscal do Contrato	Registro de ocorrência e aplicação de sanções	Gestor do Contrato / Fiscal do Contrato
Indisponibilidade de serviços críticos	Média	Alto	Monitoramento contínuo e exigência de planos de contingência	Gestor do Contrato / Fiscal do Contrato	Acionamento imediato da contratada e medidas corretivas	Gestor do Contrato / Fiscal do Contrato
Comunicação ineficiente entre as partes	Média	Médio	Definição de canais formais e reuniões periódicas	Gestor do Contrato	Reunião extraordinária para alinhamento	Gestor do Contrato / Fiscal do Contrato
Descumprimento dos níveis de serviço (SLA)	Média	Alto	Acompanhamento periódico dos relatórios de SLA	Gestor do Contrato / Fiscal do Contrato	Aplicação de penalidades contratuais	Gestor do Contrato / Fiscal do Contrato
Falhas de segurança da informação	Baixa	Alto	Adoção de boas práticas e controles de acesso	Gestor do Contrato	Adoção de medidas corretivas e comunicação à gestão	Gestor do Contrato

#### 4.2. Caracterização da Solução como Serviço Contínuo

4.2.1. A solução descrita neste item caracteriza-se como serviço contínuo, uma vez que contempla atividades permanentes, recorrentes e ininterruptas de administração, sustentação, monitoramento e suporte aos ambientes de banco de dados institucionais, os quais operam de forma contínua e suportam sistemas críticos da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

4.2.2. A interrupção ou descontinuidade dessas atividades comprometeria diretamente a disponibilidade, a integridade e a segurança das informações institucionais, impactando a continuidade dos serviços públicos prestados pela Instituição. Dessa forma, a natureza do objeto exige acompanhamento técnico permanente, resposta tempestiva a incidentes e atuação preventiva, não se configurando como serviço de execução pontual ou eventual, mas sim como serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.

5.1. Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação contínua de serviços com pagamento mensal global, o escopo técnico foi dimensionado com base na quantidade estimada de ambientes atualmente em operação, conforme levantamento realizado, compreendendo:

5.1.1. Atualmente, o ambiente institucional compreende, de forma estimada:

- a) 15 (quinze) servidores de banco de dados PostgreSQL;
- b) 2 (dois) servidores de banco de dados MySQL;
- c) 2 (dois) servidores de banco de dados MongoDB.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

6.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos dos artigos 29 a 33 do Decreto nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, por meio de consulta a fornecedor do mesmo ramo do objeto da contratação, especificamente com base na proposta apresentada pela empresa TOUGE Tecnologia, com vistas à obtenção de valores compatíveis com o mercado, encontrando-se nos autos do processo em epígrafe os documentos que dão suporte às informações apresentadas.

Objeto	Unidade de Medida	Quant.	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Valor do Setup – Análise e Diagnóstico Parcela única (R\$)	Valor Global (R\$)
Serviços de administração, sustentação, monitoramento, consultoria e suporte emergencial em banco de dados (PostgreSQL, MySQL e MongoDB)	Mês	12	R\$ 15.176,43	R\$ 182.117,16	R\$ 40.000,00	R\$ 222.117,16

## 7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.

7.1. A contratação em análise tem por finalidade a prestação de serviços especializados de consultoria, sustentação, suporte e monitoramento de ambientes de bancos de dados, voltados à administração integrada e contínua de um ecossistema tecnológico de elevada criticidade, responsável por suportar múltiplos sistemas institucionais essenciais ao funcionamento da Defensoria Pública.

7.2. A eventual divisão do objeto, seja por tecnologia de banco de dados, seja por fracionamento das atividades técnicas (como monitoramento, sustentação ou otimização), acarretaria descontinuidade na responsabilidade técnica, comprometendo a visão sistêmica necessária à adequada gestão do ambiente. Tal fragmentação tende a gerar sobreposições ou lacunas de escopo, dificuldades na identificação de responsabilidades em situações de falhas críticas, aumento do tempo de resposta a incidentes e maior exposição a riscos de indisponibilidade e de segurança da informação.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

7.3. Adicionalmente, o parcelamento da solução resultaria em complexidade excessiva na gestão contratual, exigindo da Administração o acompanhamento simultâneo de múltiplos contratos especializados, com impacto negativo sobre a eficiência administrativa. Do ponto de vista técnico, a atuação eficaz em atividades como diagnóstico de falhas, otimização de desempenho e garantia da continuidade dos serviços pressupõe domínio integral do ambiente, o que se mostra incompatível com a execução fragmentada do objeto.

7.4. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento da contratação não se mostra tecnicamente recomendável, uma vez que pode comprometer a segurança, a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Assim, a contratação deve ser realizada em lote único, assegurando responsabilidade técnica integral, maior eficiência na gestão do contrato e aderência aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Não haverá reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o objeto da contratação consiste em serviço de natureza indivisível e de execução integrada, cuja fragmentação comprometeria a qualidade, a continuidade e a segurança da prestação dos serviços.

## **8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.**

8.1. No âmbito da Defensoria Pública, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que condicionem ou impactem diretamente a execução do objeto desta contratação, tratando-se de serviço autônomo, ainda que integrado ao ambiente tecnológico institucional.

## **9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO.**

9.1. Conforme o inc. II do §1º do art. 18 da lei 14.133/2021, esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, sob número 128/2025, estando em pleno acordo com o planejamento da Defensoria Pública do Ceará para o ano de 2026.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.**

10.1 Com a contratação, espera-se assegurar a continuidade, estabilidade e desempenho adequado dos ambientes de bancos de dados, que sustentam os sistemas institucionais, por meio da prestação de serviços especializados de consultoria, sustentação, suporte e monitoramento.

10.2. Pretende-se, ainda, reduzir riscos de indisponibilidade, melhorar a capacidade de resposta a incidentes, fortalecer a segurança da informação e promover maior previsibilidade operacional, contribuindo para a eficiência dos serviços de tecnologia da informação e para o adequado suporte às atividades finalísticas da Instituição.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.**

11.1. Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas as providências técnicas indispensáveis ao início da execução contratual, incluindo a designação do gestor e do fiscal do contrato, bem como a definição de pontos focais técnicos e a viabilização dos acessos necessários aos ambientes institucionais, em conformidade com a legislação vigente.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS.**

12.1. A contratação refere-se à prestação de serviços especializados de tecnologia da informação, sem previsão de impactos ambientais diretos relevantes, uma vez que não envolve obras, intervenções físicas ou geração significativa de resíduos.

12.2. Como medida mitigadora indireta, a execução dos serviços deverá priorizar o uso racional dos recursos computacionais, a otimização do desempenho dos sistemas e a adoção de boas



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução do consumo energético e para a eficiência operacional dos ambientes tecnológicos.

**13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.**

13.1. Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é adequada, necessária e compatível com a necessidade identificada, apresentando-se como a solução mais eficiente para assegurar a continuidade, a segurança e o desempenho dos ambientes tecnológicos que suportam os sistemas institucionais.

13.2. A contratação encontra-se alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, atendendo aos requisitos técnicos e administrativos necessários para o alcance dos resultados pretendidos, razão pela qual se considera viável o prosseguimento do processo de contratação.

Fortaleza - CE, 09 de fevereiro de 2026

José Tiago Rodrigues Gomes

**Assistente Técnico de Infraestrutura de TI**



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

**ANEXO II – CARTA PROPOSTA**

À

Comissão de Contratação da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará

**Ref.: Pregão Eletrônico N.º 20260008 – DPGE-CE**

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

**1. Identificação do Licitante:**

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:
- **Banco BRADESCO S/A (exclusivamente), agência e N.º da conta corrente:**

**2. Condições Gerais da Proposta:**

- A presente proposta é válida por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de sua emissão.

**3. Formação do Preço**

GRUPO/ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1	(características, marca / modelo/referência) (quando for o caso, prazo de validade e procedência)				
VALOR GLOBAL R\$ Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais, e sob as penas da lei, que toda a documentação anexada ao sistema é autêntica.

DECLARO, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do Representante Legal  
(Nome e Cargo)





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

### ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

Contrato N.º \_\_\_\_/2026

Processo SEI N.º 25.0.000007840-1

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO  
CEARÁ – DPGE-CE E (O)A**

**ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE  
NELE SE DECLARA.**

A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – DPGE/CE, com sede na Avenida Pinto Bandeira, N.º 1.111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.014.521/0001-23, através de dotação orçamentária e financeira do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (FAADEP) – CNPJ n.º 05.220.055/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, representada pela Defensora Pública-Geral, Sra. \_\_\_\_\_, brasileira, portadora da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, e do CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliada em Fortaleza/Ce, na \_\_\_\_\_, e a \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Fone \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, e do CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico n.º 20260008 – DPGE-CE e seus Anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a Instrução Normativa n.º 150/2023/DPGE/CE, a Instrução Normativa n.º 203/2025/DPGE/CE, a Instrução Normativa n.º 206/2025/DPGE/CE, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 20260008 – DPGE-CE, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
do ESTADO do CEARÁ

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui-se objeto deste contrato a **prestação dos serviços de administração, sustentação, monitoramento, consultoria e suporte emergencial em banco de dados (PostgreSQL, MySQL e MongoDB)**, nas condições estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 c/c o art. 94, tudo da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

### CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

### CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta no *Estudo Técnico Preliminar*, no *Termo de Referência* ou nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-Plenário.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor mensal da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), perfazendo o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

8.2. No processo de pagamento observar-se-á o disposto na Instrução Normativa n.º 150/2023/DPGE/CE.

### CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 13/03/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de dois anos será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se, respectivamente, definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei N.º 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. A garantia contratual obedecerá aos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2. do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- 13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal referente ao mês do descumprimento, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observando-se a Instrução Normativa n.º 203/2025/DPGE/CE.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto; e,

II – Quando, mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal n.º 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará (FAADEP), orçamento 2026.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**06200001.14.126.421.20257.15.339040.1.759.1200070.1.2.01**

15.2.1. Ação: 20257 - MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – FAADEP;

15.2.2. Elemento da Despesa: 339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA;

15.2.3. Fonte de Recurso: 1.759.1200070 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS;

15.2.4. Código Reduzido do Crédito Orçamentário: 29475.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no sítio oficial da Defensoria Pública do Estado do Ceará, em atenção à Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

18.2. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Ceará, como condição indispensável para sua eficácia e validade, nos termos da legislação em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um(a) representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a), por meio de Portaria expedida pelo CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e na Instrução Normativa da DPGE n.º 150/2023.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.2. Fica dispensada a assinatura de testemunha nos casos em que a assinatura for eletrônica/digital, conforme o art. 784, §4º da Lei n.º 13.105/2015, do Código de Processo Civil.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

feito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Sâmia Costa Farias  
**DEFENSORA PÚBLICA-GERAL**

\_\_\_\_\_  
Nome Completo  
**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_

RG:

CPF:

2 - \_\_\_\_\_

RG:

CPF:

Visto:

\_\_\_\_\_  
(Nome do(a) Assessor(a) Jurídico (a) da CONTRATANTE)